



Art. 2º DESIGNAR o Técnico Judiciário, área Apoio Especializado, especialidade Programação, do Quadro Permanente da Secretaria do Superior Tribunal Militar, ANDERSON DOS SANTOS DE CARVALHO ROSA, matrícula 9252, para exercer, em decorrência da dispensa de Ubiratã Muniz da Silva, a função comissionada de AUXILIAR, código STM-FC-02, junto à Seção de Soluções de Gestão de Pessoal, da Coordenadoria de Desenvolvimento de Soluções Corporativas, da Diretoria de Tecnologia da Informação.

Art. 3º DISPENSAR o Técnico Judiciário, área Apoio Especializado, especialidade Programação, do Quadro Permanente da Secretaria do Superior Tribunal Militar, CLÁUDIO DE OLIVEIRA MELO, matrícula 8948, da função comissionada de AUXILIAR, código STM-FC-02, que exerce junto à Seção de Telecomunicações e Telefonia, da Coordenadoria de Tecnologia, da Diretoria de Tecnologia da Informação.

Art. 4º DESIGNAR o Técnico Judiciário, área Administrativa, especialidade Telecomunicações e Eletricidade, do Quadro Permanente da Secretaria do Superior Tribunal Militar, WESLEY SILVA, matrícula 8112, para exercer, em decorrência da dispensa de Cláudio de Oliveira Melo, a função comissionada de AUXILIAR, código STM-FC-02, junto à Seção de Telecomunicações e Telefonia, da Coordenadoria de Tecnologia, da Diretoria de Tecnologia da Informação.

LÚCIO MÁRIO DE BARROS GÓES

ATO Nº 2.223, DE 6 DE JULHO DE 2017

O MINISTRO VICE-PRESIDENTE DO SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR, no exercício da Presidência, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 6º, inciso XXV, do Regimento Interno, e tendo em vista o contido no Processo nº 011551/17-00.078 do Sistema Eletrônico de Informações, resolve:

DECLARAR a vacância, a contar de 4 de julho de 2017, do cargo de Técnico Judiciário, área Apoio Especializado, especialidade Programação, do Quadro Permanente da Secretaria do Superior Tribunal Militar, em virtude de posse em outro cargo inacumulável, do servidor STEFANO MOZART PONTES CANEDO DE SOUZA, matrícula 7458, nos termos do artigo 33, inciso VIII, da Lei nº 8.112/90.

LÚCIO MÁRIO DE BARROS GÓES

TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

ATO Nº 303, DE 30 DE JUNHO DE 2017

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO, no uso de suas atribuições, e considerando o que consta do Procedimento nº TRF2-PES-2017/00644, resolve:

CONCEDER Pensão Vitalícia, referente à cota de 100% (cem por cento), a CENY RIBEIRO CAMPOS, na condição de viúva do ex-servidor MARIO DA ROCHA CAMPOS, Analista Judiciário, NS-C-13, do Quadro de Pessoal Inativo do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, com fulcro no art. 40, § 7º, inciso I, da Constituição da República, em interpretação conjunta com o parágrafo único do art. 3º da Emenda Constitucional nº 47, publicada em 31.12.2005, e nos arts. 217, inciso I, e art. 222, inciso VII, b, item 6, da Lei nº 8.112, de 11.12.1990, observando-se o disposto no art. 37, inciso XI, da Constituição da República, e no art. 2º, inciso I e parágrafo único da Lei nº 10.887, de 18.06.2004, com efeitos a partir de 07.05.2017, data do óbito.

ANDRÉ FONTES

TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 3ª REGIÃO

ATO Nº 806, DE 28 DE JUNHO DE 2017

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA TERCEIRA REGIÃO, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 96, item I, letra "b", da Constituição da República, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 0051667-63.2017.4.03.8001 - SEI, resolve:

Conceder APOSENTADORIA VOLUNTÁRIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO, com proventos integrais, nos termos do artigo 3º da Emenda Constitucional nº 47/2005, à servidora CINIRIA SONIA CARDOSO, ocupante do cargo de Analista Judiciário, Área Judiciária, Classe "C", Padrão 13, do Quadro de Pessoal da Justiça Federal de 1º Grau - Seção Judiciária do Estado de São Paulo, com a vantagem pessoal nominalmente identificada, prevista no artigo 62-A da Lei nº 8112/90, com redação dada pela Medida Provisória nº 2225-45/2001, incorporada nos critérios da redação original do artigo 62, § 2º, da Lei nº 8112/90, combinado com o artigo 3º da Lei nº 8911/94, e nos termos dos artigos 3º e 5º da Lei nº 9624/98.

CECILIA MARIA PIEDRA MARCONDES - Desembargadora Federal

ATO Nº 812, DE 30 DE JUNHO DE 2017

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA TERCEIRA REGIÃO, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 96, item I, letra "b", da Constituição da República, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 0008770-20.2017.4.03.8001 - SEI, resolve:

Conceder APOSENTADORIA VOLUNTÁRIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO, com proventos integrais, nos termos do artigo 3º da Emenda Constitucional nº 47/2005, à servidora MARLENICE KOSTEFF TOSCANO, ocupante do cargo de Analista Judiciário, Área Judiciária, Especialidade Oficial de Justiça Avaliador Federal, Classe "C", Padrão 13, do Quadro de Pessoal da Justiça Federal de 1º Grau - Seção Judiciária do Estado de São Paulo, com a vantagem pessoal nominalmente identificada, prevista no artigo 62-A da Lei nº 8112/90, com redação dada pela Medida Provisória nº 2225-45/2001, incorporada nos critérios da redação original do artigo 62, § 2º, da Lei nº 8112/90, combinado com o artigo 3º da Lei nº 8911/94, e nos termos do artigo 3º da Lei nº 9624/98.

CECILIA MARIA PIEDRA MARCONDES - Desembargadora Federal

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO DISTRITO FEDERAL

PORTARIA Nº 112, DE 5 DE JULHO DE 2017

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto no art. 30, incisos I e II do Regimento Interno deste Tribunal, bem como o que consta no Processo Administrativo nº 0003179-92.2017.6.07.8100, resolve:

Designar, ad referendum do Tribunal, o Juiz de Direito VITOR FELTRIM BARBOSA para exercer, a contar da data da posse, a função de Juiz Titular do Cartório da 2ª Zona Eleitoral do Exterior - 2ª ZZ.

Desembargador ROMEU GONZAGA NEIVA

PORTARIA Nº 116, DE 5 DE JULHO DE 2017

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições legais e o que consta no Procedimento Administrativo nº 0003268-18.2017.6.07.8100, resolve:

Art. 1º Designar o servidor KELDER APARECIDO DE ANDRADE BORGES, Analista Judiciário/Área Administrativa do Quadro de Pessoal Permanente deste Tribunal, para exercer a Função Comissionada de Chefe da Seção de Exame de Contas Eleitorais e Partidárias da Coordenadoria de Registros e Informações Processuais da Secretaria Judiciária, código FC-6, ficando, consequentemente, dispensado o servidor Wdeson Pereira de Souza.

Art. 2º Dispensar o servidor KELDER APARECIDO DE ANDRADE BORGES, Analista Judiciário/Área Administrativa do Quadro de Pessoal Permanente deste Tribunal, do cargo de chefe da Seção de Jurisprudência da Coordenadoria de Registro de Partidos Políticos e Jurisprudência da Secretaria Judiciária.

Desembargador ROMEU GONZAGA NEIVA

PORTARIA Nº 117, DE 5 DE JULHO DE 2017

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições legais e o que consta no Procedimento Administrativo nº 0003268-18.2017.6.07.8100, resolve:

Designar a servidora TACIANA GUIMARÃES MEIRELLES, Analista Judiciário/Área Judiciária do Quadro de Pessoal Permanente deste Tribunal, para exercer a Função Comissionada de Assistente II, da Seção de Exame de Contas Eleitorais e Partidárias da Coordenadoria de Registros e Informações Processuais da Secretaria Judiciária, código FC-2, ficando, consequentemente, dispensado o servidor Carlos Magno Rodrigues Eleotério.

Desembargador ROMEU GONZAGA NEIVA

PORTARIA Nº 119, DE 5 DE JULHO DE 2017

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o que consta no Processo Administrativo nº 0002660-20.2017.6.07.8100, resolve:

Tornar sem efeito a Portaria Presidência nº 97/2017 TRE-DF/PR/DG/GDG, de 26 de junho de 2017, que designou o Juiz de Direito Wagno Antônio de Souza para exercer a função de Juiz Titular da 15ª Zona Eleitoral, publicada na edição nº 126 do Diário Oficial da União, de 04 de julho de 2017, Seção 2, página 66.

Desembargador Romeu Gonzaga Neiva

DIRETORIA - GERAL

PORTARIA Nº 101, DE 5 DE JULHO DE 2017

O DIRETOR-GERAL SUBSTITUTO DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista a delegação de competência constante da Portaria-GP nº 76, de 02/05/2016, e o teor do Processo Administrativo Nº 0003268-18.2017.6.07.8100, resolve:

Designar a servidora TACIANA GUIMARÃES MEIRELLES, Analista Judiciário/Área Judiciária do Quadro de Pessoal Permanente deste Tribunal, para exercer a substituição do cargo de Chefe da Seção de Exame de Contas Eleitorais e Partidárias da Coordenadoria de Registros e Informações Processuais da Secretaria Judiciária, código FC-6, ficando dispensado o servidor Carlos Magno Rodrigues Eleotério.

EDVALDO SANTOS GUIMARÃES JÚNIOR

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO ESPÍRITO SANTO

ATO Nº 374, DE 6 DE JULHO DE 2017

O Desembargador Sérgio Luiz Teixeira Gama, Presidente do Tribunal Regional Eleitoral do Espírito Santo, no uso de suas atribuições legais, resolve, mediante pedido protocolado sob nº 44.609/2017, declarar a vacância do cargo de Técnico Judiciário, Nível Intermediário, Área Administrativa, ocupado pelo servidor GABRIEL HERINGER DE MENDONÇA, em virtude de posse em outro cargo público inacumulável, com efeitos a partir de 03.07.2017.

SÉRGIO LUIZ TEIXEIRA GAMA

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO MARANHÃO

PORTARIA Nº 560, DE 6 DE JULHO DE 2017

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO MARANHÃO, no uso das atribuições legais e tendo em vista a Resolução nº 23.430/2014/TSE, a Instrução Normativa 02/2014/TRE-MA e o PAD nº 5806/2017, RESOLVE:

Art. 1º REDISTRIBUIR, com fundamento no art. 37 da Lei nº 8.112, de 11/12/1990 c/c Resolução nº 146, de 06/03/2012, do Conselho Nacional de Justiça, o cargo ocupado pelo servidor MARCOS VALÉRIO LEMOS RAPOSO, de Técnico Judiciário, Área Administrativa, n. 21, criado pela Lei n. 7645, de 18.12.1987, do quadro de pessoal deste Tribunal, em reciprocidade com cargo vago de idêntica denominação, do quadro de pessoal do Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 03/07/2017.

Des. RAIMUNDO JOSÉ BARROS DE SOUSA

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARÁ

PORTARIA Nº 16.975, DE 4 DE JULHO DE 2017

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARÁ, no uso de suas atribuições legais e regimentais, e à vista do contido no Processo Administrativo Eletrônico nº 0006801-75.2017.6.14.8007, RESOLVE:

Art. 1º DESIGNAR a servidora VIVIANE COSTA MIRANDA, Analista Judiciário da Área Judiciária do Quadro de Pessoal Permanente deste Tribunal, para exercer a Função Comissionada de Chefe de Cartório, nível FC-6, da 07ª Zona Eleitoral, com sede no município de Abaetetuba, com fulcro na Lei nº 13.150/2015, art. 4º, § 1º, da Resolução TSE nº 23.448/2015, e art. 25 da Resolução TRE/PA nº 3.771/2005, com redação dada pela Resolução TRE/PA nº 9.98/2011.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CÉLIA REGINA DE LIMA PINHEIRO

PORTARIA Nº 16.976, DE 4 DE JULHO DE 2017

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARÁ, no uso de suas atribuições legais e regimentais, e à vista do contido no Processo Administrativo Eletrônico nº 0006829-37.2017.6.14.8009, resolve:

Art. 1º DESIGNAR o servidor requisitado GABRIEL CASTRO DO NASCIMENTO, para exercer a Função Comissionada de Assistente I, nível FC-1, da 09ª Zona Eleitoral, com sede no município de Curuçá, com fulcro no § 2º do art. 4º da Resolução TSE nº 23.448/2015.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CÉLIA REGINA DE LIMA PINHEIRO

PORTARIA Nº 16.981, DE 6 DE JULHO DE 2017

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARÁ, no uso de suas atribuições legais e regimentais, e à vista do contido no Processo Administrativo Eletrônico nº 0006858-39.2017.6.14.8025, RESOLVE:

Art. 1º DISPENSAR a servidora requisitada FRANCISCA SARAIVA DA CUNHA, da Função Comissionada de Assistente I, nível FC-1, da 25ª Zona Eleitoral, sediada no município de Capanema, com fulcro no art. 35, I, da Lei nº 8.112/1990.

Art. 2º DESIGNAR o servidor ALVARO MENEZES DE MIRANDA, Analista Judiciário da Área Judiciária do Quadro de Pessoal Permanente deste Tribunal, para exercer a Função Comissionada de Assistente I, nível FC-1, da 25ª Zona Eleitoral, sediada no município de Capanema, com fulcro na Lei nº 13.150/2015, e no § 1º, do art. 4º, da Resolução TSE nº 23.448/2015.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CÉLIA REGINA DE LIMA PINHEIRO